



PIMEB - PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO MODELO ENERGÉTICO BRASILEIRO

FASE I - Diagnóstico Sócio-Econômico do Espírito Santo

TERMO DE REFERÊNCIA

323

não circula



644 2185  
69  
9855 2



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO  
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

PIMEB - PROGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO  
ENERGÉTICO BRASILEIRO  
FASE I - DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO  
TERMO DE REFERÊNCIA



FEVEREIRO/1984

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

*Gerson Camata*

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

*Orlando Caliman*

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

*Manoel Rodrigues Martins Filho - Diretor Superintendente*

*Luiz Carlos Feitosa Perim - Coordenador Técnico*

ÍNDICE	PÁGINA
I. INTRODUÇÃO .....	4
II. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS .....	7
III. LINHAS GERAIS DO MARCO TEÓRICO PARA A ABORDAGEM DA "REGIÃO" .....	9
IV. ETAPAS METODOLÓGICAS DO PIMEB-ES .....	12
V. CRONOGRAMA FÍSICO E RECURSOS NECESSÁRIOS .....	21

O presente documento tem a pretensão de apresentar-se como proposta para a elaboração de um Diagnóstico Sócio-Econômico, que conjuntamente com os Estudos de Fluxos Energéticos e o Balanço Energético formarão a primeira fase do PIMEB - Programa de Implementação do Modelo Energético Brasileiro, denominada *Diagnóstico*.

Em se tratando aqui do componente capixaba do PIMEB, convém adentrar na história, pelo menos, dos principais fatos que influíram na economia do Espírito Santo. Teve grande peso nas mudanças econômicas a crise cafeeira, gerada principalmente pela erradicação dos cafezais. Isto devido ao fato de o Estado ser essencialmente agrícola e não possuir no setor primário produtos que pudessem substituir o café; procurou-se então no estímulo ao setor secundário as pré-condições para o desenvolvimento. Essa opção praticamente teve início no Governo Dias Lopes Filho (1967-1970), quando foi assinado o Decreto-Lei 880 que concedia incentivos fiscais ao Estado, vindo a intervir nos setores infra-estruturais e financeiros, criando a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (atual BANDES - Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo S/A) encarregada de formular e implantar uma política de industrialização.

Como essas medidas não foram suficientes para a esperada arrancada desenvolvimentista, partiu-se para uma nova opção de crescimento, via canalização para o Estado de grandes investimentos federais e estrangeiros. E foi no Governo Arthur Gerhardt Santos (1971-1974) que se desencadeou o processo de atração destes investimentos que culminaram nos chamados *Grandes Projetos*, contando atualmente com empreendimentos nos subsetores siderúrgicos, pára-químico e portuário, como é o caso da Aracruz Celulose, Cais de Capuaba, Companhia Siderúrgica de Tubarão, etc.

Atualmente, pode-se dizer que além das indústrias implantadas pelos *Grandes Projetos*, o setor secundário tem uma relativa importância no parque industrial de Cachoeiro de Itapemirim, além de uma gama de pequenas e médias empresas, outras grandes, de menor importância.

Quanto ao setor primário que tinha perdido sua importância devido à crise cafeeira (através da consolidação do acordo IBC/GERCA/Governo do Espírito Santo), conseguiu novo impulso, tendo novamente no café sua principal cultura, seguido da pecuária. Convém destacar a grande participação de pequenos e médios estabelecimentos na cafeicultura e o predomínio dos médios e grandes na pecuária<sup>1</sup>.

Já os setores comercial e de serviços, tiveram uma expansão evidente nos anos recentes (principais geradores de receita para o Estado - via ICM), possivelmente causada pela acentuada inchação dos principais centros urbanos, esta última como consequência da crise cafeeira e do advento dos *Grandes Projetos*.

Tendo em vista essas transformações que ocorreram na economia do Estado, vislumbradas através da história e da complexidade de sua conjuntura econômica, afirma-se a necessidade do conhecimento da realidade que se quer planejar. E como o PIMEB se trata de um programa de implementação de um modelo energético para o Espírito Santo, faz-se mister o conhecimento da realidade, o mais abrangente possível, no sentido de se captar seus movimentos mais gerais, para, num segundo momento, se tentar detectar os possíveis rebatimentos da questão energética sobre esta mesma realidade.

---

<sup>1</sup>Pequenos = 0-100ha; médios = 100-500ha; grandes = 500 e mais ha.

Esse *Diagnóstico*, como dito inicialmente, seria dividido em duas partes: *Diagnóstico Sócio-Econômico* e *Estudo dos Fluxos Energéticos - Balanço Energético*.

Quanto à escolha do IJSN para a elaboração da parte sócio-econômica é justificada na medida em que o mesmo vem acumulando uma certa experiência na área de estudos regionais, já tendo elaborado as versões preliminares dos PDRI's - Programas de Desenvolvimento Regional Integrados de quatro das cinco Regiões - Programa em que o Estado foi dividido para fins de pesquisa, além de outros trabalhos nesta área específica.

Este diagnóstico será realizado, então, aproveitando-se da metodologia dos PDRI's, tendo como marco metodológico o conceito de *Região*.



## II.

## PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

O estudo sócio-econômico do PIMEB-ES, que procurará analisar de forma dinâmica o processo de produção, circulação e realização da produção, deve ser encarado como uma primeira tentativa de compreensão do todo econômico-social do Espírito Santo.

O principal pressuposto metodológico do qual se partiu é de que o capital tem uma lógica própria de reprodução e ampliação. Esta lógica faz com que o capital escolha setores de produção, opte por ramos de produção, visando, nas condições dadas, os mais elevados níveis de lucratividade.

Uma importante consequência da lógica do capital é o crescimento do seu grau de concentração, acarretando uma intensa diversificação em termos de ramos e setores. Isto é, os capitais que podem se expandir acabam por entrar nos mais diversos ramos, enquanto que outros menores, apenas se reproduzem.

Outro aspecto marcante que deve ser levado em conta em qualquer análise sócio-econômica é a intensa inserção do Estado na economia.

O Estado vem ampliando sua participação na economia brasileira, não apenas enquanto regulador e prestador de serviços no processo produtivo privado, mas também enquanto empresa produtiva. Juntamente a esta maior inserção do Estado, observa-se sua maior centralização, fazendo com que grande parte das decisões sócio-econômicas sejam tomadas junto ao poder central.

Neste quadro mais geral também se insere a questão da Energia. Isto é, a lógica do capital acaba por estabelecer a dinâmica da utilização das mais diversas formas de energia, de acordo com suas necessidades.

É evidente que o Estado com suas políticas, pode incentivar a utilização mais ou menos racional de alguns energéticos, mas dificilmente terá controle absoluto sobre os mesmos.

Outro aspecto que deve ser salientado refere-se à tecnologia disponível e ao poder sobre a mesma, que pode, juntamente à lógica do capital, determinar o uso das diversas formas de energia.

### III. LINHAS GERAIS DO MARCO TEÓRICO PARA A ABORDAGEM DA "REGIÃO"<sup>1</sup>

---

Um dos principais instrumentos para a elaboração de diagnóstico é a espacialização e a abordagem regional.

Entende-se, primeiramente, a "Região" enquanto um espaço que possui suas especificidades quanto à produção. Qualquer tipo de intervenção planejada ou de diagnóstico a nível da "Região" deve passar, necessariamente, pelo entendimento de sua estrutura produtiva, através do estudo do todo regional, ou melhor, da dinâmica da produção regional, tanto agrícola, com suas especificidades, quanto industrial. Leva-se em conta as condições naturais e históricas, o mercado de trabalho, a circulação da produção e o rebatimento regional das políticas econômicas federal e estadual nos diversos aspectos. Mas o estudo da "Região" deve, além disso, contemplar a dinâmica de cada um de seus constitutivos, subespaços que guardam uma série de especificidades quanto à sua dinâmica interna. Desta forma, a identificação das especificidades existentes aparece como ponto inicial para a elaboração do diagnóstico, uma vez que subespaços economicamente diferenciados demandam intervenções também diferenciadas.

Neste sentido, a base para um diagnóstico com posterior intervenção nestes moldes deve centrar-se numa regionalização econômica que, rompendo com as amarras político-administrativas dos municípios, busque identificar subespaços homogêneos sob a ótica da organização da produção, apreendendo a dinâmica interna a cada subespaço específico e suas articulações com o exterior.

---

<sup>1</sup>Marco Teórico desenvolvido pela equipe do PDRI (Programa de Desenvolvimento Regional Integrado), do Instituto Jones dos Santos Neves.

A busca de subespaços homogêneos (posteriores regiões) passa inicialmente por uma análise do âmbito estadual e pelo mapeamento dos principais setores e subsetores produtivos para se observar os primeiros e as articulações mais gerais que se dão entre os mesmos. Estes subespaços mapeados chamar-se-ão "bolsões" de produção.

Após isto, conforme indicado no item subsequente, dar-se-á a primeira tentativa de regionalização, intermunicípios, aprofundando análises dos subespaços mais expressivos, entendendo a dinâmica produtiva municipal nos seus aspectos mais gerais. Para este fim, além das informações visuais, utilizar-se-á do cadastro do Censo de 1980 que contém informações por setor censitário. Estas informações possibilitam a manipulação de dados recentes, com base espacial de reduzida dimensão, apresentando uma possibilidade de agregação não comprometida com os limites político-administrativos municipais.

A partir da análise dos dados secundários, conformar-se-ão no espaço estudado conjuntos de unidades de produção, de comercialização e de serviços, apontando para *bolsões*, que se caracterizarão a partir do nível de agregação, segundo:

- a) O setor de atividade;
- b) O ramo de atividade;
- c) As exigências próprias, específicas, de um determinado aglomerado urbano.

Utilizando-se do mapeamento e das análises já contidas nos *Relatórios Preliminares* do PDRI (Programa de Desenvolvimento Regional Integrado) - Regiões-Programa de Cachoeiro de Itapemirim, de Colatina, de Linhares e de Nova Venécia -, desenvolve-se então um estudo comparativo, com o objetivo de se entender as possíveis articulações econômicas entre aqueles espaços já demarcados (complexos e bolsões) com os novos.

As possíveis relações que guardam a produção e comercialização no espaço rural com a produção, comercialização e serviços no espaço urbano constituirão um elemento básico para o estudo. Exemplificando, algumas questões de fundamental importância que surgirão no decorrer do trabalho:

- O escoamento da produção agrícola para indústrias de transformação indicando um possível *complexo*<sup>1</sup>, definindo estruturas de mono-oligopolio;
- Articulação entre o capital comercial na agricultura com outros setores da economia, no sentido de sua reprodução diferenciada;
- Liberação de contingentes populacionais do campo e sua utilização pela indústria, entre outros.

Para este fim, empreender-se-á também uma pesquisa de campo, que procurará levantar entre as manchas mais significativas o seu processo de interação com os demais setores.

O presente estudo objetiva, enfim, o entendimento mais global e dinâmico da sócio-economia capixaba, no que diz respeito às várias interações dos seus setores, e *locus* de produção/comercialização/serviços.

---

<sup>1</sup>O termo é utilizado aqui com sentido diferenciado daquele do PDRI: *complexo* significaria atividades de setores distintos, embora complementadas numa dinâmica de reprodução mais global.

#### IV.

### ETAPAS METODOLÓGICAS DO PIMEB-ES

---

#### 1. COLETA DE DADOS E METODOLOGIA

A primeira etapa, como se observa no cronograma físico, constitui-se do levantamento dos dados secundários e do aperfeiçoamento da metodologia. Há necessidade de coleta de grande número de dados dos diversos setores da economia (exceto o rural, já trabalhado a nível do PDRI), dada a amplitude do diagnóstico e da impossibilidade de uma pesquisa de campo mais global, de acordo com os objetivos deste diagnóstico.

Nesta primeira etapa far-se-á inicialmente uma coleta de dados dos Censos Econômicos de 1960, 1970, 1975 e 1980 ao nível estadual, municipal e do setor censitário<sup>1</sup>, além de uma pesquisa bibliográfica da formação da economia capixaba, posto que a compreensão sistematizada de uma realidade inclui necessariamente o entendimento de sua formação histórica.

Além deste breve estudo da formação histórica e do aperfeiçoamento da metodologia, far-se-á a coleta dos demais dados: sobre crédito, investimentos públicos, incentivos fiscais, população, etc.

#### 2. ESPACIALIZAÇÃO E MAPEAMENTO DA ECONOMIA CAPIXABA

Tendo-se uma visão panorâmica da produção industrial, do comércio urbano e do setor serviços através dos dados censitários, necessita-se de sua representação espacial, mais no sentido de se entender as várias articulações possíveis entre os setores do que propriamente sua demarcação precisa no espaço, principalmente no que se refere à malha urbana.

---

<sup>1</sup>Cabe ressaltar que a área dos setores censitários dos Censos Econômicos, Industrial, Comercial e Serviços diferem da relativa aos Censos Agropecuários.

Diferentemente da espacialização requerida para o estudo da produção agrícola (em que a área de terra utilizada é um fator essencial), a produção industrial, o comércio urbano e o setor serviços não requerem grandes áreas para a sua reprodução, normalmente localizando-se nos centros urbanos ou em seus arredores. Fica claro então que sua representação cartográfica é meramente indicativa, sem maiores detalhamentos ao nível de escala, localização, etc.

A cartografia ensejada no PIMEB-ES - meio através do qual procurar-se-á entender as articulações entre os vários setores no que diz respeito aos seus rebatimentos no espaço global -, portanto, priorizará os grandes espaços e, através de um sistema de codificação, procurará distinguir os vários ramos de produção e comercialização, representando graficamente entre os mesmos elos de homogeneização.

### 3. ANÁLISE DA DINÂMICA GLOBAL DA ECONOMIA CAPIXABA

A partir dos dados levantados e de sua sistematização, far-se-á uma análise comparativa dos setores produtivos, a fim de identificar as transformações ocorridas nos mesmos, principalmente nas duas últimas décadas. Nesta etapa do PIMEB-ES, utilizar-se-á basicamente de informações a nível estadual, identificando os setores mais dinâmicos da economia. Simultaneamente, serão identificados também nos municípios os principais setores e subsetores produtivos com a intenção de se dispor de um quadro geral para o Estado.

#### 3.1. Setor Primário

O desenvolvimento do PDRI pelo IJSN, dado seu caráter basicamente rural, já possibilita uma análise bastante aprofundada deste setor. Apenas os dados mais globais, a nível de Estado, para os seguintes indicadores, devem ser analisados:

- Participação da produção capixaba na produção nacional e na exportação;
- Balanço entre consumo e produção de produtos primários.

### 3.2. Setor Secundário

A recente industrialização do Espírito Santo e o restrito número de estudos acerca do assunto, implicarão em uma maior dificuldade de análise deste setor. A análise do setor secundário não se pautará apenas pela ótica da geração do produto, mas também pela ótica da distribuição da renda, geração de empregos e de tributos. Para tanto, serão analisados os seguintes itens:

- Participação da indústria na produção industrial nacional e na renda do Estado;
- Evolução dos setores a dois dígitos do IBGE;
- Análise dos Grande Projetos instalados no Espírito Santo e da recente industrialização;
- Produtividade por setores;
- Empregos gerados por setores;
- Salários médios por setores;
- Concentração da produção e tamanho dos estabelecimentos;
- Política de subsídios ao setor.

### 3.3. Setor Terciário

A análise deste setor é a mais complexa, tanto pela dificuldade de obtenção dos dados, quanto pela quase inexistência de análises sobre o mesmo. Compõe as atividades econômicas ligadas à circulação de mercadorias, serviços em geral e financeiros. As principais atividades deste setor se referem ao(s):



- Comércio
- Transporte
- Serviços financeiros
- Outros serviços.

Serão analisados os dados referentes ao valor da produção, pessoal ocupado, salários e outros.

#### 3.4. O Estado

Dada sua importância na economia do Espírito Santo, far-se-á uma análise global do setor estatal. Para tanto, serão analisados os seguintes itens:

- Política tributária
- Análise das finanças do Estado
- Emprego no setor
- Serviços prestados pelo Estado.

#### 4. ANÁLISE DAS ARTICULAÇÕES ENTRE OS SETORES ECONÔMICOS NO ESPAÇO MUNICIPAL E PRIMEIRA REGIONALIZAÇÃO

Esta etapa, como já se apresentou no método lógico mais geral, será o momento de volta ao espaço municipal, para uma melhor apreensão da lógica do capital no mesmo. Para tanto, o cadastro do Censo Econômico a nível de setor censitário possibilitará informações extremamente valiosas.

A partir deste estudo, já há a possibilidade de uma primeira regionalização em termos de manchas econômicas, que agrupadas darão origem às regiões, quando do tratamento mais global.

## 5. ANÁLISE DAS ARTICULAÇÕES ENTRE OS SETORES NO ÂMBITO ESTADUAL E REGIONALIZAÇÃO FINAL

Para a elucidação das complexas articulações inter-blocos de capital, há que se buscar a compreensão - através de um levantamento - de como se constituem os vários grupos de capital em cada região. Como é formado, sua base de sustentação (ao nível setorial), seu grau e forma de hegemonia econômico-política na região e no Estado.

Principalmente no que tange à hegemonia, é indispensável se chegar a um quadro claro que indique *as várias formas de reprodução diferenciada do mesmo capital*. Isto possibilitará a visualização (mesmo que esquemática) de como se dá a dinâmica de um determinado capital (grupo de) no que concerne ao seu ciclo de reprodução, quer parcial ou global. Exemplificando, um determinado grupo pode ter seus negócios expandidos:

- a) No capital agrário;
- b) No capital comercial no *locus* rural;
- c) No capital comercial no *locus* urbano;
- d) No capital industrial (urbano e/ou rural);
- e) No capital investido em empresas de prestação de serviços e
- f) No capital financeiro.

Quando se refere aos ciclos de reprodução do capital, entende-se as várias esferas nas quais o mesmo se reproduz. Ou seja, na esfera produtiva, na de comercialização, na de serviços e na financeira. Isto não implica em se afirmar que cada grupo de reproduz em todas as esferas. Pode ocorrer que as articulações inter-grupos se dêem na exata medida dos seus interesses mais globais. Isto é, a um determinado grupo que tenha, por exemplo, na esfera produtiva seu principal *locus* de reprodução, pode não interessar a expansão na esfera da comercialização.

O levantamento deverá priorizar sobremaneira o grau de concentração de um determinado capital em uma ou mais esferas de reprodução, no sentido de se desvendar qual(is) a(s) atividade(s) que exerce(m) o papel de *carro-chefe*. Sem esta qualificação, fica difícil qualquer estudo que possa apontar para o aspecto da *homogeneização*.

## 6. OUTROS ESTUDOS COMPLEMENTARES PARA A CONFECÇÃO DO PIMEB-ES

Os estudos a seguir também serão empreendidos com o fim de complementar as informações já disponíveis.

### a) Reprodução dos Capitais "Cooperativos"

As cooperativas desempenham um importante papel na área rural do Estado, particularmente na comercialização do leite e do café.

Em se tratando de capitais associados, integralizados em entidades sem fins lucrativos (conforme definição estatutária da cooperativa), buscar-se-á o entendimento das seguintes questões:

- i) Como se dá a aplicação das *sobras* (lucro na empresa privada): se divididas entre os associados, se integralizados no capital global da empresa, se constituindo fundo de reserva ou para empréstimo/investimento, etc. Este é um ponto essencial para a nítida compreensão das condições gerais de reprodução do capital da cooperativa.
- ii) Qual a estratégia utilizada pela cooperativa no sentido de auferir diferenciais entre o preço pago pelo excedente do produtor e o de venda, no mercado. Como este valor acumulado se reverte (ou não) ao conjunto dos associados.
- iii) Se a cooperativa possui formas diferenciadas de reprodução do capital: comercialização, transformação e serviços. Como se dão as articulações entre estas várias formas.
- iv) Como se articula (ou não) com as Centrais (ex.: CCPL): definição de cotas de produção, estudo dos diferenciais de preço - considerando o trajeto do produto desde o produtor rural até o mercado consumidor nos grandes centros.
- v) Como se desenha no espaço a disputa pelo mercado de produtores (localização das áreas de influência, evolução, involução).
- vi) No sentido da hegemonia política, qual o perfil do quadro de associados e que frações de classe controlam *efetivamente* a instituição.

### b) Intervenção do Estado no Setor Infra-Estrutural

A expansão da atividade econômica tem como pressuposto a intermediação do

Estado, no sentido de garantir ao capital condições mais favoráveis à sua reprodução em escala ampliada.

Os bolsões de concentração industrial/agro-industrial guardam uma lógica de aparelhamento infra-estrutural que demarca, em última análise, seu *locus* de reprodução: energia elétrica, água, saneamento, estradas/rodovias, etc.

Na medida em que já se tenha um quadro esquemático das demarcações já existentes, procurar-se-á, a partir daí, o entendimento de sua lógica interna e externa, o que permitirá, num segundo momento, vislumbrar as possíveis formas de continuidade do processo. Ou seja, abstraindo-se de outros fatores igualmente importantes (forças do mercado, localização de estoques de mão-de-obra, etc.), tendo-se claro o *porque* da intervenção do Estado naquele espaço determinado, serão estudadas as tendências de novos espaços a serem conquistados, bem como de formas diferenciadas de intervenção.

### c) Políticas de Crédito

Na esfera financeira, a intermediação do Estado também se dá com o objetivo da homogeneização de uma forma dominante de produção e circulação de mercadorias.

Um levantamento detalhado das linhas de financiamento efetuadas pelos bancos de desenvolvimento (principalmente o BANDES) nos últimos anos - por setor econômico, ramo de atividade e município -, possibilitará o traçado do perfil de investimento a nível de setores. Estudando a sua lógica, buscar-se-á entender as causas da expansão de determinadas atividades, bem como as perspectivas de novos ciclos de expansão e/ou retração. Um outro aspecto a ser entendido será: que grupos de capital foram favorecidos pela intermediação estatal e de que forma as políticas de crédito favoreceram a concentração.

#### d) Escoamento de Matérias-Primas e de outros Produtos

Uma pesquisa (de campo, *in loco* e/ou através de instituições representativas - FINDES, Sindicatos Patronais, etc.) poderá fornecer subsídios para a elaboração de *fluxogramas* indicativos, que mostrem os vários fluxos de matérias-primas em direção aos bolsões industriais.

Este estudo de fluxos terá uma importância capital para o entendimento das articulações que se dão entre a produção no *locus* rural e a no espaço urbano. Neste aspecto, buscar-se-á privilegiar as possíveis interações (mais gerais) entre o rural e o urbano.

Na esfera comercial, alguns fluxos anteriores e novos surgirão, permitindo uma análise espacial das cadeias e elos de comercialização, propiciando, em última instância, a visualização de um quadro global que aponte para os espaços de atuação dos vários grupos de capital comercial, podendo-se deduzir daí sua lógica de reprodução, estratégias para a manutenção de espaços hegemônicos, grau de articulação com outros grupos de capital, etc.

#### e) Comercialização dos Produtos Industrializados e/ou Manufaturados - Beneficiados

Trata-se dos produtos produzidos no Estado, com o principal objetivo de se localizar possíveis mono/oligopólios e mono/oligopsônios (no caso de pequenas e médias indústrias comercializarem em regime de exclusividade com grandes grupos nacionais - produto acabado/semi-acabado/matéria-prima transformada).

Cabe salientar que fluxos de comercialização também seriam extremamente úteis no sentido de se determinar possíveis espaços de homogeneização, *lobbies* defendendo preços de oligopólio, etc.

A comercialização de produtos industrializados no sentido urbano-rural pode definir importantes interações, via apropriação do excedente agrícola

la, rebatimentos na política de crédito rural, etc.

f) População

Ao se trabalhar cada uma das quatro Regiões englobadas até o momento pelo PDRI, fez-se um estudo detalhado do mercado de trabalho em cada uma de las. Como ainda não se tem clara a metodologia a ser utilizada no espaço urbano, *sugere-se um estudo sobre os rebatimentos da dinâmica populacional sobre os novos bolsões (industriais/comerciais/de serviços).*

Primariamente, algumas indicações:

- qualificação da força de trabalho utilizada por cada grupo de empresas que constituem um determinado ramo de atividade;
- condições sociais gerais dessas populações;
- processo de êxodo rural e absorção da mão-de-obra resultante pelas empresas;
- disputa pelo mercado de mão-de-obra (pequenas empresas do interior do Estado), etc.

No caso das agro-indústrias, será mais simples o levantamento de dados para posterior análise. O atual fenômeno da expansão do PROÁLCOOL no norte do Estado não poderá deixar de ser analisado.

V.

CRONOGRAMA FÍSICO E RECURSOS NECESSÁRIOS

---

CRONOGRAMA FÍSICO PARA ELABORAÇÃO DO PIMEB-ES

DESCRIMINAÇÃO	ANO	1984											
	MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1. Coleta de dados secundários e aperfeiçoamento da metodologia													
2. Análise da dinâmico global da Economia Capixaba													
3. Espacialização e mapeamento da Economia Capixaba													
4. Análise das articulações entre os setores agrícola, industrial, comercial e serviços no espaço municipal e primeira regionalização													
5. Análise das possíveis articulações entre os diferentes setores produtivos no âmbito estadual e viagem - pesquisa para complementação dos dados secundários													
6. Elaboração do Diagnóstico Sócio-Econômico do Estado do Espírito Santo													



## EQUIPE TÉCNICA

ESPECIFICAÇÃO	NÚMERO
. Economistas	04
. Auxiliar Técnico com formação em Economia	01
. Prestador de Serviços com formação em Eco nomia	01
. Digitador	01
. Programador	01
. Estagiários	04
TOTAL	12

USOS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DO PIMEB-ES

DISCRIMINAÇÃO	FEV./JUN./84	JUL./DEZ./84	TOTAL
PESSOAL <sup>1</sup>			40.572.112
C.L.T.	6.930.784	19.284.902	26.215.656
Prestação de Serviços	1.360.000	3.784.200	5.144.200
Programador e Digitador	1.750.000	-	1.750.000
Estagiários	834.272	2.627.954	3.462.226
Despesas variáveis com pessoal (diária de consultas e técnicos)	2.000.000	2.000.000	4.000.000
MATERIAL DE CONSUMO			1.687.278
Artigos de Expediente	624.954	624.954	1.249.908
Combustível	-	437.370	437.370
OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS			4.557.520
Passagens Aéreas	400.400	640.640	1.041.040
Xerox	678.240	678.240	1.356.480
Cópias Heliográficas	780.000	780.000	1.560.000
Despesas com Computação	600.000	-	600.000
TOTAL GERAL			46.816.910

<sup>1</sup>Com relação a reajuste salarial, foi feita uma estimativa, considerando uma inflação de 200% para o ano de 1984. Neste caso, o índice de reajuste salarial foi de 59% (a partir de junho), levando-se em conta o percentual de 80% sobre o INPC estimado para 1984, respectivamente.

## USOS E FONTES

DISCRIMINAÇÃO	M.M.E. - SEPLAN	GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PESSOAL		
C.L.T.	-	26.215.656
Prestação de Serviços	5.144.200	-
Prog. e Digitador	-	1.750.000
Estagiários	-	3.462.226
Despesas variáveis com pessoal (diária de Consultores e Técnicos)	-	4.000.000
MATERIAL DE CONSUMO	1.687.278	-
OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	4.557.520	-
TOTAL	11.388.998	35.427.912
TOTAL GERAL		46.816.910

FONTES E RECURSOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DO PIMEB-ES

FONTES	TOTAL	%
Ministério das Minas e Energia (SEPLAN)	11.388,998	24,3
Governo do Estado do Espírito Santo	35.427.912	75,7
TOTAL	46.816.910	100

